

A PLURALIDADE POLÍTICA DAS JUVENTUDES MILITANTES EM RECIFE: A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA E OS NOVOS MOVIMENTOS JUVENIS.

Machado, Otavio Luiz, Lima silva, Niedja de. y Silveira Lins, Alexandre da.

Cita:

Machado, Otavio Luiz, Lima silva, Niedja de. y Silveira Lins, Alexandre da. (2012). *A PLURALIDADE POLÍTICA DAS JUVENTUDES MILITANTES EM RECIFE: A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA E OS NOVOS MOVIMENTOS JUVENIS. XXVIII CONGRESSO INTERNACIONAL DA ALAS. Associação Latinoamericana de Sociologia (ALAS), Recife-PE.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/otavioluizmachado/10>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/pezx/dSf>

XXVIII CONGRESSO INTERNACIONAL DA ALAS
6 a 11 de setembro de 2011, UFPE, Recife-PE
Grupo de Trabalho: Sociologia da infância e juventude

A PLURALIDADE POLÍTICA DAS JUVENTUDES MILITANTES EM RECIFE: A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA E OS NOVOS MOVIMENTOS JUVENIS

Otávio Luiz Machado (UFPE)
Alexandre da Silveira Lins (UFPE)
Niedja de Lima Silva (UFPE)

Introdução

Pretende-se apresentar parte dos resultados de uma pesquisa financiada pelo CNPq e conduzida na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) dentro do Programa Juventudes, Democracia, Direitos Humanos e Cidadania (PROJUPE). Estuda-se a fragmentação dos movimentos estudantis, respeitando o desígnio inicial de unir juventude e ação política, sabendo-se que este consiste em uma prática claramente difundida em tema de debates recorrentes entre os jovens politicamente engajados, mas sem desconsiderar o surgimento de grupos oriundos dos movimentos populares e identificados na construção de sua visibilidade, reconhecimento e participação, tais como aqueles estabelecido em atividades culturais na periferia da cidade de Recife. Os movimentos populares têm uma grande preponderância neste processo, já que promovem, por meio das causas defendidas, a conscientização e a politização das classes populares.

No caso específico do movimento estudantil, que figurou durante décadas como o movimento juvenil por excelência, começou a perder seu vigor no final dos anos 1970 e durante toda a década de 1980. Os novos movimentos juvenis entram em cena, como o movimento dos jovens em bairros e os movimentos culturais de juventude, como o Hip-Hop.

A compreensão das sociedades modernas, sobretudo dos avanços da participação social de grupos específicos da sociedade, como no caso das juventudes, foi uma das nossas principais motivações para a realização do

estudo. Se nos anos 1950 a preocupação com o desenvolvimento nacional e o fortalecimento do papel da universidade na resolução de problemas culturais eram temas em evidência, nos anos 1970, com a estagnação econômica e o débâcle de um modelo político, o tema do capitalismo e democracia, estado e sociedade, passam a ser objeto de intenso debate.

Acreditamos que um novo paradigma é construído a partir daí, onde nesses momentos precisamos estar atentos ao que Touraine (2007) nos sugere:

“É dentro deste novo paradigma que precisamos situar-nos para sermos capazes de nomear os novos atores e os novos conflitos, as representações do eu e das coletividades que são descobertas por um novo olhar, que põe diante de nossos olhos uma nova paisagem”.

É fato também que as juventudes se converteram em ator central em qualquer análise que tratamos sobre as sociedades modernas (Criado, 1998, 13). Aí é fundamental a busca de uma análise que tente entender esse ator social principalmente a partir de elementos que identifiquem que, ao lado dos jovens, também tivemos outros atores que atuaram tão quanto protagonistas ou artífices das mudanças sociais como eles, embora não esquecendo que em momentos históricos diversos a juventude parecia estar só na sua luta, nos seus movimentos, nos seus protagonismos, nas suas angústias.

Com o crescimento das sociedades urbanas e a maior demanda por direitos sociais como bandeira cada vez mais crescente na sociedade brasileira, o que vemos é a entrada maior das juventudes no debate público, esfera até então palco de atuação de atores não ligados às juventudes, mas onde o prestígio dos “mais velhos” era o que contava.

Os modelos sociológicos de análise juvenil

Os jovens tiveram um espaço importante na teoria social do século XX, pois nos mais diversos fatos sociais que vieram após 1ª Guerra Mundial, os autores tentaram se debruçar na análise da juventude sob as mais diversas matizes, principalmente a partir de categorias sociais como a delinqüência, a

boêmia, o radicalismo, a alienação, a situação geracional e transitoriedade, o globalismo, dentre outras.

A partir dos estudos de Groppo (2000; 2010) se pode vislumbrar um quadro teórico que traça a contribuição sociológica para os estudos sobre juventudes, cujo destaque são dois principais modelos sociológicos de análise da juventude que trazemos inicialmente, o modelo funcionalista e o modelo da moratória social, que caracterizam a condição juvenil na perspectiva modernista.

O modelo funcionalista colocava-se no paradigma da integração social, sendo suas principais categorias explicativas a função e disfunção social. A rebeldia era tida como disfunção. A delinquência é a mais característica rebeldia. Já o modelo da moratória social se concentrava em paradigmas reformistas e desenvolvimentistas de transformação social. As rebeldias eram tidas como impulsos para a transformação social, sendo o radicalismo a rebeldia mais marcante. (GROPPO, 2010, p. 13)

No decorrer do tempo novas interpretações para as revoltas juvenis foram surgindo, colocando assim em questão as explicações vindas do funcionalismo e da moratória social. Foram as seguintes segundo Groppo (2010): a) As concepções pós-modernistas, como exemplo a interpretação de Harvey (1992), que argumenta acerca das mudanças no tempo e no espaço a partir da nova forma de acumulação: a fase flexível que resulta no imediatismo e isso irá refletir na juventude; b) Embaralhamento da infância e maturidade que segundo Meyrowitz (1958) e Postman (1999) seriam a partir da influência das mídias eletrônicas; c) Juvenilização da vida: a partir da obra de Baudrillard (1972, 1991; cf. Santos, 1992). Nesta a juvenilidade torna-se um signo, onde o que passa a contar mesmo é a maneira legítima de vivenciar o que seria a juventude, com o consumo e atitudes influenciadas pela sociedade de consumo; d) Reprivatização do curso da vida. De acordo com autores da psicologia social e antropologia os indivíduos teriam o direito de realizarem segundo suas vontades o curso de suas vidas, tornando flexível as normas sobre a passagem pelas idades da vida.

Estas novas concepções apresentam que a juventude foi adquirindo uma identidade cultural própria, fazendo com que ela deixe de passar despercebida pela vida dos indivíduos. Cada vez mais a juventude adquire

visibilidade e reconhecimento, tornando-se um ator social de destaque no mundo social e de interesse especial na teoria social. Diante disso:

“Dois movimentos dentro da reflexão das ciências sociais sobre a condição juvenil são aí observados: i. A tentativa de superação da idéia da juventude como socialização ou preparação para a vida adulta, substituída pela idéia de que a juventude se torna um estilo de vida em si mesmo. ii. A tentativa de repensar os modelos modernos de rebeldia juvenil –boêmia, delinqüência e radicalismo –, que são reinterpretados como culturas ou sub-culturas juvenis” (GROPPO, 2010, p. 14).

Esses dois pontos de reflexão das ciências sociais nos leva para algo argumentado por Furter (1967 *apud* GROPPPO, 2010, p.16), ou seja, de tendências que argumentam que a juventude e os movimentos juvenis tinham o anseio de criarem um mundo só para eles. Isso porque os jovens estavam diante de uma sociedade conformista e tradicionalista, então o melhor seria criar um mundo separado para os jovens, com pontos de contato com o mundo oficial, e neste mundo juvenil seria possível forjar os sujeitos capazes de renovar e transformar o sistema social quando passasse ao mundo dos adultos.

Mas Groppo alerta para o seguinte fato:

“Entretanto, justamente a tendência foi a dos grupos juvenis criarem seus próprios mundos e de que estes mundos passassem a ser cada vez mais valorizados pela sociedade de consumo, pela indústria cultural – gestando a juvenilização da vida” (idem).

Mas o autor ainda considera que

“A condição juvenil é dialética porque está assentada sobre uma relação de contradição entre sociedade e juventudes. Esta contradição se expressa historicamente em ações de institucionalização da juventude seguidas ou precedidas de ações ou

resistências dos indivíduos e grupos que são considerados ou se assumem como jovens.” (GROPPO, 2010, p.19).

Sendo assim:

“A condição juvenil é e era, ao longo da modernidade e contemporaneidade, uma condição dialética, fruto da contradição posta e repostada entre instituições sociais e possibilidades de autonomia dos jovens.” (GROPPO, 2010, p. 21).

Esta análise sobre os modelos modernistas e pós-modernistas se faz necessária para compreendermos o protagonismo juvenil, pois analisando dialeticamente a condição juvenil teremos uma melhor condição de compreender as “rebeldias juvenis” e as contradições que as cercam desde o início do século XX.

A juventude foi adquirindo um papel importante, tornando-se um agente transformador e tema de preocupação com a modernidade, sendo identificada a partir daí majoritariamente com a mobilização e a mudança social, principalmente após a 2ª Guerra Mundial, embora

“A partir dos anos 50, surge a noção de existência de uma cultura juvenil genérica, que designa todo o universo comportamental juvenil e que é de alguma forma partilhada pelos diferentes setores e grupos que compõem a juventude”.
(Abramo, 1994, p. 24)

Para Abramo (1994, p. 40) nas inúmeras análises sobre os acontecimentos dos anos 1960, o ponto mais comum é a percepção da ocorrência de uma grande contestação da ordem tecnocrática e autoritária por parte dos jovens, que se envolvem em diversas tentativas de reinvenção da ordem social e dos padrões de comportamento vigentes.

Sendo assim, se os movimentos juvenis dos anos 1960 foram produto de um contexto social marcado pela idéia de transformação social, a partir dos

anos 1970 ocorre uma grande fragmentação nesses movimentos. É o que tratamos em seguida.

Transição para a democracia no Brasil e os movimentos sociais

Quando se toma como objeto de análise o final da década de 1970, no âmbito da política nacional, remete-se fundamentalmente ao regime ditatorial comandado pelos militares, já em sua fase final de abertura política. A fim de compreender os fatores relacionados a este período, analisando-se os movimentos políticos juvenis presentes à época, observa-se em sua grande parte contrários ao regime vigente.

De maneira geral, é possível se classificar como um movimento político qualquer grupo de interesse organizado que exerça influência no processo político. Assim, consideram-se os principais expoentes os partidos, que atuam nas vias legais do processo; o empresariado, classe que ganha representatividade pela relevância econômica; os militares, os quais tiveram grande importância em tal processo na época analisada; e os setores organizados da sociedade civil, como sindicatos, associações e os movimentos populares em geral.

No que tange a tais setores sociais, os movimentos populares têm uma grande preponderância neste processo, já que promovem, por meio de suas bandeiras ou causas, a ampliação dos direitos para as classes populares. Para tais movimentos, uma das maiores expressões são as juventudes organizadas e mobilizadas em torno das respectivas causas.

Posto isto, é possível conceber importância essencial a dois fatores decorridos antes, durante e após o período analisado, fundamentais para o entendimento geral, e que são substancialmente enfatizados neste trabalho: o processo de redemocratização do Brasil, tanto no âmbito político quanto no social, como razão de existência e, ao mesmo tempo, objetivo final dos movimentos políticos; bem como, com enfoque mais específico, mas não menos relevante, a partidização dos movimentos estudantis, respeitando o desígnio inicial de unir juventude e ação política, sabendo-se que este consiste

em uma prática claramente difundida e em tema de debates recorrentes entre os jovens politicamente engajados.

Inicialmente, no que concerne à redemocratização brasileira, das obras abarcadas no estudo destaca-se a de Kinzo (2001), na qual é elaborada uma perspectiva do processo político nacional desde a transição para a democracia. Detalhadamente, a autora divide a período da transição em três fases, a saber: 1974 a 1982, 1982 a 1985 e 1985 a 1990.

Na primeira fase, o processo é completamente conduzido pelos militares, o que qualifica a noção de transição negociada, com destaque ainda para o sucesso obtido pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) – partido de oposição ao regime – nas eleições, os conflitos internos entre linha-duras e moderados e as decisões econômicas precipitadas de Geisel no contexto da crise do petróleo. Na segunda, observa-se maior expressão da sociedade civil, com grande relevância obtida com o movimento de anistia política e das “Diretas Já”. A terceira etapa se inicia com a morte de Tancredo, o que fez com que o vice José Sarney se tornasse presidente, assim como a promulgação da Constituição de 1988, a qual, no âmbito político, institucionalizou a democracia com o advento das eleições diretas realizadas em 1989 e a posse do presidente eleito em 1990.

Diniz (1986) constrói seus argumentos em torno do futuro da democracia recém instaurada e o posicionamento dos setores sociais, focando nos partidos políticos nos períodos anteriores e posteriores à redemocratização, enquanto Reis (1988) centra-se na problemática da instabilidade democrática brasileira e nos meios para se atingir a democracia social, fundamental para o pleno exercício da democracia política, embora o “hiato social” consistente na distância entre as massas populares e as classes médias fosse um impedimento presente.

Para se compreender a conjuntura social vivenciada pelos jovens na década de 1970, o trabalho de Madeira (1986) é crucial, pois além de discutir a busca da inserção dos jovens no mercado de trabalho – influenciados pelas condições enfrentadas pelas respectivas famílias ou não e adotando a relação com a variável escolaridade –, também aborda o jovem como ator social auto-determinante, buscando sua independência financeira alheio à vontade da família ou independente de sua condição social. Assim, depois de

desenvolvidas as variáveis, observam-se resultados, de certa maneira esperados, que apresentam os jovens do Nordeste com piores condições de emprego e escolaridade, em detrimento dos de São Paulo.

A partir, então, dessa noção de autonomia do jovem, é possível enxergá-lo, não só nesse período explicitado, como também anterior e posteriormente, como ator que exerce influência sobre as práticas sociais, e especificamente para a questão abordada, sobre o processo político. Igualmente contribui para a nossa análise as teses de Santos (2008), as quais discorrem acerca da conjuntura do movimento estudantil à época do regime militar, usando como norte a divergência entre Ação Popular (AP) e as Dissidências Estudantis Comunistas em relação ao procedimento de combate ao regime.

Com o desenrolar do movimento, as diferenças foram se acentuando até desembocar na junção de tais movimentos com os ideais de luta armada, e consequente aliança com partidos. A AP aliou-se ao Partido Comunista do Brasil (PC do B), já as Dissidências foram incorporadas pela Aliança Libertadora Nacional (ALN), formando o Movimento Revolucionário 8 (MR-8). Após tal contextualização, a autora compara o Movimento Estudantil (ME) da época ao contemporâneo, visto que ambos possuem a mesma característica de partidarização.

No que se relaciona ao movimento estudantil, a autora afirma-se que “a participação dos estudantes é tanto mais intensa quanto a organização estudantil a que estão afiliados é mais politizada” (ALBUQUERQUE *apud* SANTOS, 2008, p. 5), em contrapartida à corrente que pontua seu esvaziamento como consequência da forte partidarização, a qual por sua vez levaria ao afastamento das ideologias e causas originárias do movimento estudantil enquanto movimento social, crítica constantemente proferida a tal fato. Já no que se refere aos líderes estudantis do período analisado, percebe-se que estes “almejavam se vincular a movimentos maiores ou até mesmo seguir um caminho que lhes proporcionassem um lugar de destaque na política” (Ibid., p. 6). Não é possível, contudo, tecer tal afirmação sobre os líderes na atualidade, apenas futuramente observando-se suas trajetórias políticas.

Ainda centrando-se na problemática da partidarização do movimento estudantil, uma das definições sistemáticas que melhor norteia tal alinhamento entre estas instituições afirma que:

“O golpe militar de 64 condiciona a atuação política do movimento estudantil, tornando-o opositor ao regime e ao Estado opressor. O ME passa a polarizar, então, as tensões que se desencadeiam na sociedade, assumindo seu papel de vanguarda revolucionária ao não limitar-se à busca da democratização da Universidade. A intensificação da repressão no período de 69 a 73 fez com que a maioria dos quadros estudantis fosse convocada pelos partidos políticos de esquerda para a luta armada; esse processo é apontado como uma possível causa do refluxo do movimento estudantil” (CARRANO, 2002).

De tal maneira, em confluência com tal definição, a qual transmite a idéia de que o movimento estudantil aproximou-se dos partidos políticos por benefício próprio, vale-se da obra de Cardoso (1987), onde a autora afirma, em período diferente – já após a reabertura política – mas no mesmo sentido, que os movimentos populares necessitam dessas alianças para impulsionar a formulação de políticas públicas, visto que não têm força suficiente para desestabilizar o modo de operação do sistema, tendo, assim, que discorrer dentro dos padrões estabelecidos.

Em resumo, a autora expõe que os movimentos populares localizados foram impulsionados por uma política de promoção da participação, acreditando-se que este seria o modo que proporcionaria a participação política da sociedade, na medida em que as causas reivindicadas possuem proximidade e confluência com seus interesses. Contudo, após a reabertura política, o bloco oposicionista se fracionou e, dessa forma, se enfraqueceu, o que proporcionou a incidência de partidos políticos como aliados dos grupos organizados. Refutando a hipótese de que tais movimentos perdem o caráter imparcial e reivindicativo de que dispunham originalmente, ela argumenta que, na medida em que desenvolvem mecanismos de resistência às ideologias político-partidárias, tais setores desenvolvem consciência política própria e promovem a participação popular.

Novas práticas e a fragmentação dos movimentos juvenis

O cenário juvenil de Recife apresenta entre os anos 1970 e 1980 uma transmutação e a configuração de novos grupos que ganham visibilidade e reconhecimento social, até então hegemônico pelos movimentos estudantis, predominantemente os universitários.

Os movimentos estudantis passam do refluxo para um novo ciclo, mais partidário e mais voltado para uma pauta mais politizada e menos corporativa do conjunto dos estudantes. Os grupos analisados dispersaram-se em associações político-partidárias diversas, como a POLOP, o PC do B, o PCR, o PCB, dentre outros.

Por outro lado, um movimento com mais integrantes das camadas populares e não com presença mínima dos setores médios, os movimentos populares de bairros atraem setores significativos de jovens, sejam eles estudantes dos níveis médios, sejam de trabalhadores oriundos e que vivem nesses bairros. Foram analisados os Movimentos de Jovens de Origem Popular e os ligados à Ação Católica, especificamente os de jovens operários e universitários.

Nesse caso, o que se percebe é a predominância de grupos juvenis mobilizados por diversos trabalhos oriundos da Igreja Católica, mais afeitos à Teologia da Libertação e destacados pela chamada Juventude Operária Católica (JOC).

No decorrer da década também surgiu o Movimento dos Jovens de Origem Popular que, segundo alguns dos entrevistados, foram construídos a partir de uma cisão da JOC e estava muito associado aos movimentos associativos de bairros que surgiram naquele período, tornando-se uma importante base de organização comunitária e de formação cidadã de parcelas significativas de jovens da periferia de Recife. Outro movimento que passou a ganhar visibilidade foi o movimento hip-hop, cujas primeiras manifestações são também datadas do início dos anos 1980.

Foi identificada entre os diversos depoentes a saída ou transição de um movimento para outro, mas o distanciamento dos movimentos juvenis entre si é um aspecto que nos chamou uma especial atenção, pois tratam-se de

movimentos cuja base social são as camadas médias ou as de origem popular, cujo nível de aproximação é extremamente baixo e sem sintonia entre si.

Também é importante considerar que os movimentos estudantis ganham novos traços ao longo dos anos 1980, numa ruptura com a sistemática clássica calcada exclusivamente nas entidades estudantis e no surgimento de uma multiplicidade de temáticas no próprio debate, o que vai sendo estabelecido com as bases universitárias e construído num inúmero campo de possibilidades que as novas lideranças buscam traçar como factíveis no espectro político em evidência.

O alargamento da pirâmide social entre os egressos na educação superior, a composição de novos movimentos sociais no tecido social urbano, a ascensão em especial do movimento docente no interior das universidades, a tentativa de democratização da tomada das decisões por atores que passaram um período ditatorial relativamente longo afastado do debate sobre o próprio sentido de ser e existir da instituição universitária e tantos outros aspectos estão sendo considerados no trabalho que finalizamos até o final de 2011.

Também discutimos a experiência universitária e os sentidos da reorganização do movimento estudantil à luz dos demais movimentos reivindicatórios que passaram a ser observador não apenas como agregadores de demandas específicas e a conseqüente luta política visando o atendimento dos seus anseios, mas como espaços de construção de conflitos e dissensos.

Considerações finais

O mapeamento visando captar os mais diversos olhares sobre esses mesmos personagens que ainda coabitam um lugar geográfico próprio e específico, mas com novas posições sociais e em outra temporalidade, tornou-se um desafio da pesquisa, pois se considerarmos que as juventudes se fracionaram em décadas não muito distantes, também queremos dizer que os grupos se sucedem, montam-se novos cenários na mesma cidade, como a de um espetáculo que nunca se interrompe, prolongando-se por sucessivas vezes o seu tempo de apresentação ou duração. Esse é o desafio no enfrentamento das análises das juventudes, bem como um prazeroso exercício de reflexão, também.

Se a cidade abriga os mais diversos grupos de jovens nos seus mais diferentes espaços, logo surgem pontos de encontro ou de novas relações. Mas a lógica dos movimentos estudantis, em especial, com outros movimentos, como o hip-hop e os jovens do meio popular aqui não se aplica, pois os jovens se apropriam de certos espaços, vivências e circuitos para si, territorializam a sua ação e o seu modo de ser e viver sem a intensidade significativa ou constância na troca com os outros movimentos.

Os desafios para a compreensão do universo dos movimentos juvenis são imensos, pois as juventudes possuem mecanismos próprios de organização e mobilização, o que é confirmado ao percebermos que suas lutas políticas sempre transcendem as fronteiras que elas mesmas traçam como definidoras de sua pauta de atuação.

No momento realizamos a análise de diversas entrevistas que foram coletadas para o projeto, antecipando aqui alguns elementos já identificados após a primeira sistematização dos dados obtidos, principalmente focando nos aspectos que ainda precisam ser melhor problematizados visando a finalização dessas atividades.

Referências Bibliográficas

- ABRAMO, Helena Wendel. *Cenas Juvenis*. São Paulo: Scritta, 1994.
- _____. & BRANCO, Pedro Paulo Martoni (orgs.). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.
- AMMAGNN, Safira Bezerra. *Movimento popular de bairro: de frente para o Estado, em busca do parlamento*. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- ARAUJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- AVRITZER, Leonardo & DOMINGUES, José Maurício (orgs.) *Teoria Social e modernidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.
- BERGER, Peter L. & LUCKMANN, Thomas. *Modernidade, Pluralismo e crise de sentido: a orientação do homem moderno*. 2ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- CAIAFA, Janice. *Movimento punk na cidade: a invasão dos bandos sub*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. "Os movimentos populares no contexto da consolidação da democracia". In: REIS, Fábio Wanderley et O'DONNELL, Guillermo (Orgs.) *A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*. São Paulo: Vértice. 1987, p. 368-382.

CRIADO, Enríque Martín. *Producir la juventud: crítica de la Sociología de la Juventud*. Madrid, Espanha: Istmo, 1998.

DAHL, Robert. *Poliarquia: Participação e Oposição*. São Paulo: EDUSP, 1971.

DINIZ, Eli. "A transição política no Brasil: perspectivas para a democracia". *Sociedade e Estado*, Brasília, vol.1, n.2, p. 65-88. jul.-dez. 1986.

FELTRAN, Gabriel de Santis. "Vinte anos Depois: A construção democrática brasileira vista da periferia de São Paulo", de. *Lua Nova*, São Paulo, 72: 83-114, 2007.

FICO, Carlos; MORAES FERREIRA, Marieta de; ARAÚJO, Maria Paula; QUADRAT, SamanthaViz (orgs.) *Ditadura e Democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

FORACCHI, Marialice Mencarini. *O estudante na transformação da sociedade brasileira*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1965.

_____. *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo: Pioneira, 1972.

_____. *A participação social dos excluídos*. São Paulo: Hucitec, 1982

GROPPO, Luis Antônio. *Juventude. Ensaio sobre Sociologia e História das Juventudes Modernas*. Rio de Janeiro: Difel, 2000.

_____. "Condição Juvenil e Modelos Contemporâneos de Análise Sociológica das Juventudes". *Ultima Década* Nº 33, CIDPA VALPARAÍSO, 2010, PP. 11-26.

HONNETH, Axel. *Sufrimento de indeterminação: uma reatualização da filosofia do Direito de Hegel*. São Paulo: Editora Singular, Esfera Pública, 2007.

KINZO, Maria D'Alva G., "A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição". *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v.15, n.4, p. 3-12, dez. 2001.

MACHADO, Otávio Luiz. *Formação profissional, ensino superior e a construção da profissão do engenheiro pelos movimentos estudantis de engenharia: a experiência a partir da Escola de Engenharia da Universidade Federal de Pernambuco (1958-1975)*. Recife: Programa de Pós-Graduação em Sociologia

da Universidade Federal de Pernambuco (PPGS-UFPE), 2008. (Dissertação de Mestrado).

_____. SILVA, N. L. ; SÁ MENEZES, Girleide de. ; LINS, A. S. . “A presença das juventudes pernambucanas: novas configurações e transmutações”. *Estudos Universitários (UFPE)*, v. 1, p. 115-124, dez. 2010.

MADEIRA, Felícia Reicher. “Os jovens e as mudanças estruturais na década de 70: questionando pressupostos e sugerindo pistas”. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 58, p. 15-48, ago. 1986.

MAGNANI, José Guilherme Cantor & SOUZA, Bruna Mantese de (orgs). *Jovens na metrópole: etnografias de circuitos de lazer, encontro e sociabilidade*. 1ª Ed. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2007.

MESQUITA, Marcos Ribeiro. *Identidade, cultura e política: os movimentos estudantis na contemporaneidade*. Maceió: Editora UFAL, 2009.

REIS, Fábio Wanderley. “Consolidação democrática e construção do Estado: notas introdutórias de uma tese”. In: REIS, Fábio Wanderley et O’DONNELL, Guillermo (Orgs.) *A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*. São Paulo: Vértice. 1987, p. 13-39.

RIDENTI, Marcelo. *Brasilidade Revolucionária*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

ROSSIAUD, Jean & SCHERER-WARREN, Ilse (orgs). *A democratização inacabável: as memórias do futuro*. Petrópolis: Vozes, 2000.

SANTOS, Jordana de Souza. “A influência e a atuação dos partidos políticos no movimento estudantil brasileiro e as semelhanças dos movimentos sociais latino-americanos”. In: *SIMPÓSIO LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA*, 3. 2008, Londrina. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/jordanasouza.pdf> . Acesso em: 21 dezembro de 2010.

SOUSA, Janice Tirelli Ponte de. *Reinvenções da Utopia: a militância política nos anos 90*. São Paulo: Hacker, 1999.

TAYLOR, Charles. *Hegel e a sociedade moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

_____. *Imaginários sociais modernos*. Lisboa, Portugal: Edições Texto & Grafia, 2010.

TOURAINÉ, Alan. *Pensar outramente: o discurso interpretativo dominante*. Petrópolis: Vozes, 2007.

_____. *Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje*. 3ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

_____. & KHOSROKHAVAR, Farhad. *A busca de si: diálogo sobre o sujeito*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

VELHO, Gilberto. *Subjetividade e sociedade: uma experiência de geração*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

_____. *Nobres & anjos: um estudo de tóxicos e hierarquia*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

_____. *Juventude contemporânea: culturas, gostos e carreiras*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2010.

VITULLO, Gabriel Eduardo. *Teorias da democratização e da democracia na Argentina contemporânea*. Porto Alegre: Sulina, 2007.

ZALUAR, Alba. Juventude e violência: a complexidade da questão. In: OLIVEIRA, Kris Brettas; OLIVEIRA, Gleiber Gomes de. (Orgs). *Olhares sobre a prevenção à criminalidade*. Belo Horizonte: Instituto Elo, 2009. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/55363172/Olhares>